



**A C Ç Ã O S O C I A L I S T A**



**BALANÇO**

30 DIAS DE LIDERANÇA DE ANTÓNIO JOSÉ SEGURO // PÁG. 8 E 9

**OPINIÃO**

JORGE LACÃO // SÓNIA SANFONA // MARIA AMÉLIA ANTUNES  
JOSÉ LUÍS CARNEIRO // DUARTE CORDEIRO // CARLOS ZORRINHO



ORÇAMENTO 2012

# Medidas de austeridade representam golpe fortíssimo na já debilitada classe média

// PÁGS. 6 E 7

PS/AÇORES

## VASCO CORDEIRO CANDIDATO

Carlos César afirma que "Vasco Cordeiro conquistou rapidamente o coração dos socialistas" ao ser eleito candidato do PS à presidência do Governo Regional dos Açores, por unanimidade, pela Comissão Regional do PS/A e pelo Secretariado Regional.

//PÁG. 5

## A SUA OPINIÃO CONTA!

Nesta primeira fase do debate sobre a modernização do nosso partido, que engloba a apresentação de propostas e sugestões, os militantes podem participar também via electrónica até 30 de Novembro, enviando as suas ideias para o e-mail

[contributosmodernização@ps.pt](mailto:contributosmodernização@ps.pt)

Participe. A sua opinião conta e é fundamental!

## PÉRIPLO EUROPEU

Consolidar as contas públicas, por via da redução da despesa, e criar condições para que as economias europeias possam entrar numa trajectória de crescimento sustentável foram as ideias-chave defendidas pelo secretário-geral do PS.

//PÁG. 2 E 3

PÉRIPLO EUROPEU

# Seguro defende austeridade com crescimento



Fazer face à crise e superá-la exige agir em duas frentes: consolidar as contas públicas, por via da redução da despesa, e, ao mesmo tempo, criar condições para que as economias europeias no geral e a portuguesa em particular possam entrar numa trajectória de crescimento sustentável. Esta foi a ideia-chave defendida pelo secretário-geral do PS durante um périplo europeu que o levou de Madrid a Bruxelas, passando por Paris.

Nesta sua primeira visita internacional desde que foi eleito secretário-geral do PS, Seguro teve um conjunto de importantes encontros com figuras de referência do panorama político europeu e mundial, tendo participado activamente na discussão sobre a presente situação económica, política e financeira da União Europeia.

Na agenda de todas as reuniões estiveram os temas europeus, nomeadamente a defesa de uma visão política conjunta para os países da zona euro, de uma União Europeia com um governo económico, com um orçamento reforçado, com emissão de eurobonds e da criação de uma agência de *rating* europeia.

Nesta sua deslocação de três dias, António José Seguro sugeriu que Pedro Passos Coelho devia ter sido mais activo na preparação do Conselho Europeu de 23 de Outubro, lamentando que o primeiro-ministro não tenha feito um pé-

riplo europeu em vésperas da cimeira europeia.

“Gostaria que o primeiro-ministro de Portugal tivesse uma participação mais activa na preparação dos conselhos europeus. Considero que durante esta semana o primeiro-ministro português bem poderia ter feito um périplo europeu e um conjunto de contactos com os seus parceiros europeus para que pudesse haver um contraponto àquilo que é a visão da chancelarina Merkel”, disse, considerando que há “demasiado enfeudamento em relação à estratégia alemã para a Europa”.

A propósito da delicada situação portuguesa, o secretário-geral do PS, António José Seguro, disse em Paris que a proposta do Governo para o Orçamento de Estado para 2012 (OE 2012) ataca a “já frágil classe média” e faz dos funcionários públicos o “bode expiatório” da crise.

Após o encontro com François Hollande, candidato socialista

à presidência da França, considerou que o documento tem medidas “profundamente injustas e violentas” e remeteu “para breve” o sentido de voto do PS sobre o orçamento.

Já em Madrid, Seguro congratulou-se com a “atenção” dada pelo Presidente da República às suas declarações sobre a proposta de Orçamento para o próximo ano.

“O meu desejo é que o senhor primeiro-ministro faça o mesmo”, disse aos jornalistas.

Também na capital espanhola recusou-se a fazer “comentários avulsos sobre o OE”, clarificando, porém, que o documento corporiza uma opção que não é do PS e, sobretudo, um caminho escolhido que atinge fortemente a já debilitada classe média e uma parte dos trabalhadores que são os da Função Pública.

Seguro criticou igualmente a obsessão com o défice sem medidas que, ao mesmo tempo, promovam o crescimento económico, postura que se

aplica tanto a Portugal como à Europa.

“A necessidade de consolidar as contas públicas com medidas de austeridade e com medidas de crescimento da economia é decisivo”, reafirmou, sublinhando de seguida não acreditar que a consolidação das contas públicas, por si só, gere automatismo que impulse o crescimento económico.

“É fundamental agir nos dois lados”, concluiu, alertando para que se assim não for não conseguirmos sair desta situação e apontando como exemplo o caso grego.

Ainda em Madrid, no arranque de um debate que reuniu líderes progressistas e socialistas e questionado pela directora de campanha do PSOE, Elena Valenciano, sobre as políticas do novo Governo, António José Seguro distanciou-se do que diz ser um modelo de “somar austeridade a austeridade” assumido pelo actual Governo de direita co-

mo forma de sair da crise.

“Não concordo. A austeridade é importante para consolidar as contas públicas, mas se gerar recessão é um disparate, como aconteceu na Grécia”, afirmou.

E para “evitar esse disparate”, referiu, é preciso desenvolver uma “estratégia sustentável de crescimento económico”, apoiando o sector exportador e as PME para que possam produzir bens transaccionáveis, aumentando a produção nacional e assim “criar riqueza, crescer e gerar novos empregos”.

Depois, e a poucas semanas das eleições gerais em Espanha, Seguro referiu-se ao debate eleitoral.

“Temo muito que a Espanha possa fazer uma opção semelhante à que está a ser feita em Portugal. Uma opção errada que cria ilusão no momento, mas que no futuro sairá muito cara aos espanhóis com esta a sair muito cara aos portugueses”, observou.



Neste capítulo, o secretário-geral do PS insistiu que “os mercados devem estar ao serviço das pessoas, e não a economia e as pessoas ao serviço dos mercados”.

**Europa: decidir ou morrer**

O principal tema da conversa de cerca de uma hora que António José Seguro manteve com o chefe do Executivo espanhol, José Luís Rodríguez Zapatero, no Palácio da Moncloa, foi a crise na zona euro.

Nesta reunião, Seguro e Zapatero disseram que se a Europa não perceber que o problema que aflige alguns países não é apenas desses países, mas global da zona euro, então não está a perceber o que está a acontecer. “A Europa ou decide ou morre. Tem que pôr fim à sua ambiguidade. Tem andado com paninhos quentes. Tem que tomar grandes decisões e essas decisões são fundamentais para dar resposta aos problemas que afligem os europeus: desemprego, exclusão social e fortalecer a competitividade europeia”, sublinhou o líder socialista português.

Para António José Seguro, a

Europa tem que tomar uma opção “mais profunda”, com “uma governação política e económica e um orçamento federal”, já que é “impensável responder aos problemas com um orçamento que não chega a 1% do PIB”.

Deve ainda apostar nos títulos europeus de dívida, tanto para “ajudar a dívida soberana de muitos países, como Portugal, mas também para financiar infra-estruturas e outros projectos que são autosustentáveis mas que precisam do arranque inicial” financeiro.

Em Madrid, António José Seguro jantou com os participantes no II Congresso Global organizado pela Fundação Ideas, reunindo-se depois com o ex-presidente do Governo espanhol Felipe González e com o candidato do PSOE nas próximas eleições gerais de Espanha, Alfredo Pérez Bualcaba.

**Delors concorda com Seguro**

Durante a reunião bilateral entre o secretário-geral do PS e Jacques Delors, que teve lugar em Paris, ficou clara a concordância do antigo presidente da Comissão

Europeia com o rumo apresentado por António José Seguro como solução em toda a Europa.

O líder do PS defendeu mais uma vez que “uma sociedade que através da política não consegue responder aos problemas essenciais das novas gerações, é uma sociedade sem futuro e que para a Europa ter uma solução para o futuro, essa solução tem de ser política”.

Neste dia, o último do périplo, António José Seguro reuniu-se também com o actual presidente do Executivo comunitário, Durão Barroso, em Bruxelas, onde se encontrou ainda com o líder socialista e futuro chefe de Governo belga, Elio Di Rupo, com quem debateu o próximo Conselho Europeu e a crise política na Bélgica, que está há mais de um ano sem Governo, visitando depois a sede do Partido Socialista Europeu (PES).

Nesta ocasião, os dois líderes reiteraram a necessidade de maior articulação de posições políticas no quadro do PES para fazer face à forte ofensiva da agenda política de direita que está em curso em toda a Europa. ●

“Todos fomos surpreendidos, incluindo os ‘sociais-democratas’, com um Orçamento que não defende os portugueses”

EDITORIAL  
**ORÇAMENTO SEM SENTIDO DE ESTADO**



**Marcos Sá**  
marcos.sa@ps.pt

Para discutirmos este Orçamento convém sempre relembrar o que fizemos no passado recente. Em Outubro de 2010 o nosso camarada José Sócrates era primeiro-ministro e discutia-se o Orçamento de Estado para 2011. Na altura, o PS governava o país sem maioria absoluta no Parlamento e enfrentava uma crise sem precedentes que, infelizmente, ainda hoje perdura e com consequências cada vez mais severas para todos os portugueses.

Recordam-se da atitude política do nosso primeiro-ministro na altura?

1. Afirmou publicamente que estaria disponível para negociar com qualquer partido com representação parlamentar, tendo em vista a incorporação de propostas políticas diferentes das suas no Orçamento de Estado.
2. Representantes do Governo do PS realizaram reuniões de trabalho com cada um dos grupos políticos, tendo em vista a apresentação das principais linhas de orientação do Orçamento de Estado, assim como o registo das principais preocupações de todos os partidos.
3. No final, o CDS/PP, BE e PCP votaram contra o Orçamento, e o PSD anunciou a abstenção a 24 horas da votação na Assembleia da República, enquanto durante mais de um mês abandonou o superior interesse nacional nas mãos das agências de rating.

O agora primeiro-ministro, dr. Pedro Passos Coelho, reforçou a sua verdadeira dimensão política na forma como elaborou e apresentou o Orçamento de Estado para 2012. Com maioria parlamentar e uma coligação de Governo PSD/CDS-PP todos fomos surpreendidos, incluindo os “sociais-democratas”, com um Orçamento que não defende os portugueses, pois estima-se que até 2013 percam cerca de 40% do seu rendimento e de todos os seus activos patrimoniais e financeiros. Fiquemo-nos apenas pela forma, pois o conteúdo nunca esqueceremos: É relevante salientar que o primeiro-ministro discutiu este Orçamento, unicamente, com o dr. Paulo Portas. Apresentou o Orçamento de Estado para 2012 aos portugueses sem ter a humildade democrática de ouvir qualquer um dos partidos representados no Parlamento. Decidiu não envolver o Presidente da República nesta discussão. Ignorou todos os sinais dos parceiros sociais. Criou uma barreira intransponível com os sindicatos. Pura e simplesmente, conseguiu elaborar um Orçamento de Estado sem pensar na vida dos portugueses!

Com esta (má) prática política o actual primeiro-ministro quis anunciar ao mundo, e de forma clara, que a sua maioria parlamentar é, na actual crise e contexto económico-social, mais do que suficiente para governar os destinos do nosso país.

Ao secretário-geral do PS, António José Seguro, manifesto a minha total confiança na forma como tem liderado este complexo dossiê. A sua serenidade e persistente bom senso levaram-no a não ceder ao apelo patriótico de muitas personalidades para anunciar precocemente a viabilização deste Orçamento, sem saber ainda que as propostas do Governo PSD/CDS-PP violentavam e de que maneira o memorando que o PS subscreveu há seis meses com a *troika*.

O sentido do nosso voto será representativo da nossa verdadeira consciência política. Tranquila, como sempre, na defesa intransigente do superior interesse nacional sem nunca nos esquecermos da verdadeira essência da política: as pessoas. ●

# Reforma do poder local tem de ser consensual

O PS está do lado da reforma do poder local. Mas antes de avançar com as suas propostas e decisões quer ouvir as expectativas, as ideias e o posicionamento crítico dos eleitos socialistas.

O Partido Socialista vai em breve apresentar na Assembleia da República um conjunto de iniciativas em relação às questões autárquicas, designadamente quanto a uma nova lei eleitoral, avançando igualmente com propostas de alteração do mapa das autarquias locais.

Uma iniciativa que só será tomada, contudo, como garantiu o dirigente nacional do PS João Ribeiro, depois de o assunto passar pelo crivo de debates alargados de norte a sul do país com os autarcas socialistas. “Para o que não estamos disponível”, sublinhou a dirigente do PS, é para apoiar uma reforma do mapa das freguesias que se alicerce apenas e exclusivamente em “critérios numéricos ou em desenhos de régua e esquadro”, defendendo que neste particular os socialistas preferem olhar para a realidade apesar de reconhecerem ser este caminho “mais trabalhoso e demorado” mas que no final “corresponderá e respeitará melhor as diferentes realidades do país”.

Recorde-se que o Governo apresentou em finais de Setembro o documento Verde da Administração Local, onde propõe, entre outras medidas, a redução do número de freguesias e de empresas municipais, avançando igualmente com a revisão do modelo de financiamento e incentivos à agregação de municípios.

Nesta proposta é ainda defen-

dida a redução para metade do número de freguesias nas sedes dos municípios com maior densidade populacional e a diminuição em 35% dos vereadores eleitos das câmaras municipais e em 31% do número dos que exercem cargo a tempo inteiro.

## As propostas socialistas

A centralidade dos desafios colocados à gestão autárquica, no plano das freguesias e dos municípios, assim como a importância eleitoral das próximas eleições locais de 2013, suscita da parte do PS a apresentação de um conjunto de propostas quanto a uma nova lei eleitoral, pretendendo deste modo articular uma posição com o documento apresentado pelo Governo sobre esta matéria.

Tendo por base a iniciativa firmada na moção política de orientação global aprovada pelo Congresso de Braga, e depois de ouvir os autarcas eleitos nas listas socialistas, o PS pretende avançar com uma proposta que vise alterar o actual sistema de governo dos municípios, assegurando a formação de executivos municipais homogéneos, mais coerentes e eficazes, contribuindo deste modo para uma democracia local mais efectiva, designadamente através do reforço das competências das assembleias municipais. Ficará assim mais claro quem governe e quem fiscaliza.

Clarificação de funções, verdade eleitoral e transparência serão pois os princípios orientadores da proposta que o PS irá apresentar na Assembleia da República, recusando os socialistas uma reorganização administrativa, desenhada nos gabinetes do Terreiro do Paço e imposta às populações.

Como sublinha a este propósito Rui Solheiro, secretário nacional para as Autarquias, “somos contrários à extinção dos actuais concelhos, excepto se o mesmo decorrer da vontade própria das suas populações”, sendo em sua opinião “possível e desejável”, poupar recursos através do associativismo intermunicipal.

Quanto às freguesias, e ainda segundo este dirigente, é possível encontrar soluções de racionalidade, procedendo à eliminação da duplicação de estruturas administrativas, em particular nas zonas urbanas e nas sedes de concelho.

Solheiro lembra ainda que no mundo rural, a junta de freguesia representa, por vezes, “a única ligação das populações com o Estado”, devendo, por isso, em sua opinião, os dirigentes políticos “agir com bom senso”, não desprotegendo partes do território, sobretudo nas zonas interiores do país, já hoje bastante desertificadas, apostando na manutenção da identidade e “introduzindo maior racionalidade de modo a se poder alcançar um equilíbrio desejável”. ● R.S.A.



**MOTA ANDRADE**

## Lei Eleitoral Autárquica

Há muito que defendo a revisão da Lei Eleitoral Autárquica tendo em vista uma maior transparência e uma maior coerência.

Transparência para que, através de executivos homogéneos, quem ganhar as eleições seja o único responsável pela gestão municipal, garantindo-se assim de forma clara e inequívoca o cumprimento da vontade popular.

Coerência no modelo para que as assembleias municipais, que devem ter os seus poderes reforçados, fiquem com um número de membros fixo de acordo com o número de eleitores e não em função - como em muitos casos hoje se verifica - do número de assembleias de freguesia.

## Reforma Administrativa do Território

A Reforma Administrativa do Território é urgente e necessária. Lamento que em boa parte vá ser executada em função do acordo da *troika*, com todas as dificuldades e limites temporais que tal acarreta, não existindo manifestamente condições para introduzir o tema da criação das Regiões Administrativas. Tal acordo, ao exigir a diminuição do número de autarquias, vai obrigar à extinção ou agregação destas. Não concordo, entre outras razões, por questões culturais e de identidade, com qualquer alteração no que concerne aos municípios mas entendo que é possível alterar de forma significativa o actual mapa das freguesias. No que concerne às freguesias rurais, terá que se ter presente que muitas das vezes a sua existência é já a única presença do Estado no território e, como tal, a sua extinção representa o abandono final desse mesmo território. ●



**JOSÉ JUNQUEIRO**

## Lei Eleitoral Autárquica

É fundamental e só não está concluída, por Luís Filipe Meneses, então presidente do PSD, não ter honrado os compromissos assumidos. Traduz-se em maior transparência política nos executivos, maior fiscalização nas assembleias municipais, mais debate com menor número de eleitos e uma nova articulação com as juntas de freguesia.

## Reforma Administrativa do Território

A reforma, iniciada pelo PS, tem agora acolhimento no PSD. É pena que, ao contrário do trabalho em curso, a direita tivesse interrompido o debate público, organizado pelo governo, autarquias, universidades e público em geral, tal como aconteceu na Universidade do Mi-

nho. Preferiu utilizar o “rolo compressor” (e de cima para baixo).

Igualmente grave é ter introduzido critérios matemáticos para projectar num território onde se esqueceu que existem pessoas e para as quais - e com elas - se reforma.

À associação de pequenas freguesias, com um modelo político comum, após debate e proposta em cada concelho, com base numa lei-quadro, a direita propõe a extinção indeterminada, ignorando as bases da identificação cultural e as dinâmicas de coesão social e territorial. Finalmente, na proposta do PSD, existia um calendário de consulta aos partidos políticos, em Agosto e Setembro, mas nada disso aconteceu. ●



**RUI SOLHEIRO**

## Lei Eleitoral Autárquica

Nesta matéria está consensualizado que nas eleições para os órgãos do município deve existir uma lista única para a Assembleia Municipal, sendo o presidente de Câmara o 1º da lista mais votada.

O modelo dos executivos homogéneos, constituído de entre os eleitos para a Assembleia Municipal, vem, por um lado, garantir estabilidade ao governo local e, por outro, permitir diminuir o número de vereadores.

Com a saída da oposição do Executivo, impõe-se um reforço significativo dos poderes da Assembleia Municipal para garantir os direitos da oposição e para que passe a ser, de facto, o órgão fiscalizador do Executivo.

Em suma, o Executivo deve ser homogéneo garantindo estabilidade governativa e a Assembleia Municipal deve ser o órgão deliberativo e verdadeiramente fiscalizador da actividade do governo local.

## Reforma Administrativa do Território

A Reorganização Administrativa do Território obriga a um grande consenso nacional. O Governo começou mal este processo ao não consultar previamente os partidos políticos nem as associações representativas dos municípios e das freguesias.

Somos contra a extinção dos actuais municípios, excepto se decorrerem de vontade própria.

No que respeita às freguesias, consideramos que é possível encontrar soluções de racionalidade eliminando a duplicação de estruturas administrativas, particularmente nas zonas urbanas.

No mundo rural, a junta de freguesia e o seu presidente são, na maioria dos casos, o único e último elo de ligação das populações com o Estado. Devemos agir com bom senso. As populações locais devem ser previamente auscultadas e participar activamente neste processo. ●

## Plenários federativos debatem reforma do governo das autarquias

O Secretariado Nacional do PS organizou, entre 8 e 16 de Outubro, de norte a sul do país, 19 plenários autárquicos que contaram com a presença de vários dirigentes nacionais e onde os eleitos socialistas expuseram as suas ideias e expectativas quanto à reforma da administração local e à lei eleitoral autárquica apresentadas pelo Governo. Estas reuniões de trabalho serviram igual-

mente para preparar e articular uma posição do PS quanto a estas matérias, tendo em vista a criação de um novo modelo de governo para as autarquias, com executivos municipais homogéneos, mais coerentes e eficazes, quer ainda em relação a uma renovada organização do território, perspectivando e valorizando uma maior eficiência na gestão do poder local. ●



## GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES Vasco Cordeiro é candidato do PS à presidência

A Comissão Regional e o Secretariado Regional do PS/Açores escolheram, por unanimidade, Vasco Cordeiro como o candidato do Partido Socialista à presidência do Governo Regional nas eleições de 2012.

Perante o que considerou serem votações “muito elucidadivas”, o presidente do PS/Açores, camarada Carlos César, disse que Vasco Cordeiro “con-

quistou rapidamente o coração dos socialistas”.

Após uma reunião com autarcas açorianos, César garantiu que Vasco Cordeiro merece a

confiança depositada pelo PS/Açores, por ser “experiente, competente, inovador, criativo, que é o que os Açores precisam” no actual momento. ●

## PS/Madeira precisa reflectir e afirmar-se como alternativa

O PS/Madeira deve proceder a uma intensa reflexão e voltar a afirmar-se como alternativa ao PSD de Alberto João Jardim, declarou o secretário-geral socialista, António José Seguro, reagindo assim ao revés eleitoral sofrido na noite de 9 de Outubro.

Após reconhecer que o resultado do PS nas eleições regionais da Madeira ficou aquém do esperado e que as propostas socialistas não obtiveram a confiança dos madeirenses neste acto eleitoral, Seguro manifestou a sua solidariedade ao PS/Madeira e ao candidato Maximiano Martins.

“Foi uma campanha feita em circunstâncias muito difíceis. Estamos ao lado do PS-Madeira nos desafios que se colocam: prosseguir a causa da consolidação do Estado

de Direito democrático também na Região Autónoma da Madeira; iniciar desde já a construção de uma alternativa política próxima dos problemas das pessoas que possa vencer as próximas eleições regionais”, disse.

Recorde-se que as eleições na Madeira foram marcadas pela descoberta de buracos financeiros nas contas do Governo Regional.

Foi nesse contexto de surpresa e desinformação que mais de 256 mil eleitores madeirenses foram chamados para escolher os 47 deputados que compõem a Assembleia Legislativa, um sufrágio do qual surgiu também o XI Governo Regional. Nove forças partidárias concorreram a estas décimas eleições legislativas regionais.

O PS-Madeira, que conquistou

seis assentos parlamentares (menos um do que em 2007), denunciou a existência de irregularidades no acto eleitoral, especificamente por causa do transporte de eleitores às urnas por viaturas de vários organismos públicos, o que levou à formalização de uma queixa à Comissão Nacional de Eleições (CNE).

De realçar que o PSD obteve o seu pior resultado de sempre em eleições legislativas regionais (48,56%), originando a perda de oito deputados em relação às eleições regionais de 2007.

A perda da maioria absoluta de votos pelo PSD, facto que não pode ser disfarçado pela manutenção da maioria absoluta de mandatos, constitui uma inegável derrota do poder jardimista. ● M.R.

“Certos princípios são considerados nucleares no Direito Penal”

## FORTUNAS NÃO JUSTIFICADAS OU NÃO DECLARADAS



Jorge Lácio

jlacao@ps.parlamento.pt

O Estado de Direito democrático vive do respeito por valores e princípios sem os quais a legalidade deixa de fazer parte de uma ordem justa.

Por isso, certos princípios são considerados nucleares no Direito Penal, nomeadamente os que se referem à garantia da presunção da inocência até condenação, a proibição de inversão do ónus da prova e a rejeição do dever de auto-incriminação.

Para os olhares mais desatentos, estes princípios podem parecer coisa de juristas, advogados, ou de gente preparada para fazer da litigância. Nada de mais errado. O que está em causa é um património civilizacional, ao qual se chegou por efeito de muitas vicissitudes humanas, de sacrifícios, sofrimentos e inomináveis injustiças.

Os partidos à direita e à esquerda do PS surgiram a defender um novo tipo legal de crime sem cuidar de definir a sua determinabilidade, limitando-se a enunciar conceitos vagos ao cuidado da interpretação do aplicador.

Concorrem na (falsa) solução, segundo a qual onde não tiver sido demonstrada a proveniência lícita de certo património ou rendimento, aí estará uma ocorrência ilícita, mesmo não havendo prova da prática de um facto criminoso.

Ou seja: seria possível condenar criminalmente sem prova positiva da prática de um acto ilícito e da culpa!

Perante este quadro, melhor se compreenderá porque um tal tipo de crime não existe na ordem jurídica dos países ocidentais, berços da civilização jurídica e democrática em que se inscreve a Constituição da República Portuguesa.

Faz sentido perguntar se nada haveria a fazer para reforçar as condições do combate à corrupção e a resposta sancionatória à prevaricação, em particular quanto aos que mais responsabilidades têm na sociedade.

O PS respondeu claramente, apresentando na AR uma iniciativa legislativa apta a intensificar e a tornar efectivos, sem riscos de inconstitucionalidade, os mecanismos da transparência, seriedade e da responsabilidade.

Em síntese:

- Maior grau de exigência quanto ao âmbito temporal do controlo sobre os rendimentos e o património declarados, até três anos para lá da cessação de funções;

- Reacção penal harmonizada com o crime de falsas declarações através do recurso ao crime de desobediência a ordem legítima, no caso de omissão de apresentação das declarações devidas;

- Alargamento do âmbito subjectivo das entidades abrangidas;

- Agravamento da moldura penal do crime de fraude fiscal;

- Obrigação da entidade de registo para que se comuniquem todos os incidentes verificados à autoridade fiscal;

- Uso dos instrumentos existentes para que avalie, pelo método directo ou indirecto, a situação quanto a rendimentos e património do sujeito passivo em causa, podendo no final aplicar à matéria colectável taxas fortemente agravadas (60%) de imposto;

- Para além das participações a que haja lugar para o Ministério Público, possa requerer ao Tribunal Tributário competente, a retenção dos rendimentos e do património que não tiverem sido comprovados quanto à sua origem.

O projecto de lei do PS, relativo a manifestações de fortuna e outros acréscimos patrimoniais não justificados ou não declarados, respeita os princípios estruturantes do direito criminal e da civilização jurídica do Estado de Direito, promove a cooperação entre as instituições, assegura a transparência e faz cumprir as obrigações devidas, em especial por aqueles que maiores responsabilidades têm. ●



## PS rejeita caminho para o desastre traçado no Orçamento

As medidas de austeridade recentemente anunciadas pelo primeiro-ministro não são as constantes no memorando da *troika*, nem representam o caminho que o PS escolheria para Portugal. Esta foi a ideia central da intervenção de António José Seguro no debate quinzenal da Assembleia da República, ocasião em que classificou as medidas do Governo de direita como violentas e injustas.

“Estas medidas representam um golpe fortíssimo na já debilitada classe média”, frisou o líder socialista, denunciando não terem existido idênticos sacrifícios na tributação do capital e dos lucros das grandes empresas.

Seguro acusou o chefe do Executivo de fugir às promessas eleitorais que fez e venceu que as medidas apresentadas não recolhem o apoio do Partido Socialista. “Estas são as suas escolhas, mas não são as escolhas do PS. As suas escolhas só podem surpreender os portugueses, porque não correspondem nem de perto nem de longe às promessas eleitorais que fez”, frisou António José Seguro, manifestando desacordo com o aumento do IVA na restauração e com os cortes nos subsídios de férias e Natal dos funcionários públicos e pensionistas, tendo assinalado que não ouviu de Passos Coelho “nem uma palavra sobre corte nas gorduras do Estado”.

“A Taxa Social Única que, segundo o primeiro-ministro, estava preparada e que iria ser imediatamente concretizada, pois bem ficou a saber-se que a varinha mágica deste Governo para a competitividade afinal era relegada para as calendas gregas. Ganhou as eleições com umas promessas, mas está a executar outro programa”, concluiu.

No debate quinzenal, António José Seguro manifestou dúvidas sobre as estimativas do Governo que justificam as medidas de austeridade, exigindo explicações adicionais sobre a análise do défice real do país para 2011 e 2012.

“O que está aqui em causa é precisamente a leitura que o senhor primeiro-ministro faz do défice que não é a nossa. É por isso que

queremos um esclarecimento”, acrescentou Seguro, que criticou o primeiro-ministro de dizer “zero” sobre o crescimento económico, explicando que o que divide “profundamente” PS e PSD são os “caminhos e opções políticas”.

“Ao escolher estas opções significa que Portugal nunca poderá concretizar as metas a que estamos submetidos. Não digo que não exista um défice, o que nos separa é a estimativa que o primeiro-ministro faz do défice, que não é a nossa”, reforçou.

### Urgente conhecer desvio

Lembrando que o primeiro-ministro utilizou o desvio orçamental deste ano como argumento para as novas medidas, o líder socialista exigiu um “esclarecimento detalhado” sobre qual é esse desvio, duvidando das contas que estão a ser feitas pelo Governo.

Depois, lembrou Passos Coelho de

que é “co-autor e co-executor” do Orçamento de Estado para 2011, pelo que era o “candidato que mais informação tinha sobre as contas públicas”.

Interrompido várias vezes pela bancada do PSD, o líder socialista afirmou que o primeiro-ministro “não pode alegar desconhecimento”, acrescentando que “é altura de se responsabilizar e deixar-se de desculpas para governar”.

Segundo António José Seguro, o Governo está a cometer um “erro gravíssimo” ao “somar recessão à recessão”, “ao matar o crescimento económico, o emprego e as empresas”.

“Não disse nem uma palavra sobre o papel que os bancos devem ter no financiamento das nossas empresas. Nada serve os trabalhadores trabalharem mais se as empresas não tiverem dinheiro para se financiarem”, frisou.

E concluiu a sua intervenção ga-

rantindo que “o PS estará à altura das suas responsabilidades”.

Entretanto, e depois de conhecido as principais linhas orientadoras do Orçamento de Estado (OE) para 2012, o secretário nacional João Ribeiro declarou à Imprensa que o PS vai “analisar em detalhe” a proposta do Executivo, sendo a decisão sobre o sentido de voto do partido tomada em reunião da Comissão Política Nacional.

João Ribeiro adiantou, porém, que com este OE o PS perdeu a confiança nos números do Governo.

A este propósito, o deputado João Galamba sublinhou perante os jornalistas que a Comissão Europeia desautorizou o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, sobre a natureza do desvio orçamental em Portugal, colocando as suas causas nas contas madeirenses e na conjuntura internacional.

Na sequência de declarações

proferidas pelo porta-voz da Comissão, Amadeu Altafaj, Galamba venceu que esta deu razão ao PS, acrescentando que “o primeiro-ministro falou em três mil milhões de euros e o Instituto Nacional de Estatística (INE) não confirma este número”.

De acordo com o deputado do PS, o único desvio detectado pelo INE é na ordem dos 1600 milhões de euros, “que é a diferença entre o défice estimado e as metas da *troika*”.

“Ao contrário do que tentou fazer passar o primeiro-ministro, a natureza do desvio não é da responsabilidade do anterior Governo e a Comissão Europeia deixou isto muito claro. Disse que o desvio, a existir, deve-se exclusivamente à Madeira e a alterações internacionais e ao arrefecimento da economia europeia”, concluiu João Galamba.

O parlamentar socialista considerou depois que o primeiro-ministro “tem de rapidamente explicar aos portugueses e ao Parlamento o que fundamenta as afirmações que tem vindo a fazer”.

“Eventualmente, o primeiro-ministro terá de repensar algumas das medidas propostas para o Orçamento do próximo ano, porque a Comissão Europeia também disse – e foi muito clara nesse aspecto – que é preciso uma execução orçamental muito inteligente. Com isto quis dizer que é preciso uma execução orçamental que não prejudique o crescimento”, salientou.

Na perspectiva de João Galamba, as medidas do Governo até agora conhecidas “agravam brutalmente a recessão e vão reduzir de forma significativa o rendimento disponível das famílias”. ●

## Péssimas notícias

Quando no serão do dia 13 de Outubro, Pedro Passos Coelho falou ao país para anunciar um novo pacote de medidas de austeridade, todos esperavam dificuldades acrescidas, mas a esmagadora maioria dos cidadãos não antevia um “murro no estômago” de tal envergadura.

Sem pedir desculpas aos portugueses, como fizera antes, o primeiro-ministro adiantou uma série de medidas inscritas no Orçamento de Estado para 2012, afirmando que estas serão temporárias, vigorando enquanto estiver vigente o programa de assistência económica e financeira (fim de 2013), implicarão um esforço redobrado e derivam de um momento de “emergência nacional”.

Analistas, comentadores e portugueses em geral, apenas se refizeram da avassaladora surpresa, sentiram esta “proposta” do Executivo de direita como uma facada nas costas e uma declaração de guerra.

Houve quem dissesse que o OE 2012, tal como foi proposto, será “o caminho para o desastre” e a “câmara ardente da economia portuguesa”.

O “Acção Socialista” elenca a seguir as péssimas notícias avançadas pelo primeiro-ministro:

- Eliminação dos subsídios de férias e de Natal para pensionistas e funcionários públicos com rendimentos acima dos 1000 euros.
- Alargamento de 30 minutos por dia no horário dos trabalhadores do sector privado durante os próximos dois anos
- Fim das deduções fiscais para os dois escalões máximos de IRS e redução dos limites máximos para os restantes escalões
- Cortes “muito substanciais” na Saúde e na Educação;
- Redução “considerável” dos bens com taxa intermédia de IVA
- Ajustamento do calendário de feriados prevendo-se a eliminação de alguns e o fim das pontes. ●



## ENRIQUECIMENTO ILÍCITO Socialistas contra recoo civilizacional

O Partido Socialista não desistiu nem desistirá de combater frontal e abertamente a corrupção e o enriquecimento ilícito, mas também não pactuará com encenações mediáticas sem impacto real neste flagelo e que constituem um recoo civilizacional, atentando contra princípios constitucionais essenciais.

A Assembleia da República aprovou recentemente, na generalidade, os projectos de lei do Bloco de Esquerda, do PCP e do PSD/CDS para criminalizar o enriquecimento ilícito dos titulares de cargos públicos.

O Partido Socialista votou contra todos eles por considerar que colocam em causa a presunção da inocência e promovem a inversão do ónus da prova na lei penal.

Por sua vez, o projecto de lei do PS para penalizar a ausência ou a prestação de informações erradas sobre rendimentos e património foi rejeitado com os votos contra do PSD, CDS-PP, PCP e Bloco e a abstenção do PEV.

Durante o debate destes projectos, a posição do PS foi defendida pelo deputado Jorge Lação, que acusou os demais partidos de quererem permitir “uma acusação através de uma não prova, da prova de um facto negativo” – que o aumento da riqueza não provém de meio lícito.

Em declarações à Imprensa, também Alberto Martins defendeu a posição do partido, apontando que o actual quadro legal já abrange esse tipo de crimes, pelo que importa fazer aperfeiçoamentos legais e não mudanças de fundo no enquadramento jurídico.

Recorde-se que um dos principais objectivos anunciados por António José Seguro ao ser eleito secretário-geral foi o combate à corrupção. Porém, o voto dos socialistas contra iniciativas alegadamente nesse sentido prende-se com o facto de o PS não aceitar que um cidadão possa

ser preso sem que, contra ele, se faça prova de culpa, passando a ser o réu quem tenha de comprovar a sua inocência.

Segundo os deputados do PS, aceitar a inversão do ónus da prova acarretaria um retrocesso civilizacional.

Por outro lado, os socialistas defendem que o combate à corrupção faz-se mediante aperfeiçoamentos legais, mas com dotação de meios eficazes para o cumprimento da legislação em vigor. Por isso, a bancada do PS na Assembleia da República apresentou uma proposta que sanciona rendimentos e patrimónios injustificados, inscrevendo nela as preocupações com a sua operacionalidade e respeitando, assim, a Constituição.

As ideias-chave da proposta socialista passavam por considerar como crime declarações falsas ou ausência de declarações sobre rendimentos e património dos políticos e de altos cargos públicos (transparência) e por congelar a favor do Estado os rendimentos e património sem justificação, avançando ainda com uma investigação a cargo do Ministério Público (eficácia).

Ora, esta proposta não só salvaguardava os interesses do Estado, como não estava ferida de inconstitucionalidades.

A Constituição da República Portuguesa consagrou princípios de protecção do indivíduo perante os possíveis abusos do Estado e é precisamente em defesa das pessoas que se estabeleceu que todo cidadão é inocente até prova em contrário, prova

esta que deve ser feita pela parte acusadora.

Conforme frisou o líder da bancada socialista, Carlos Zorrinho, o Parlamento acabou por aprovar um conjunto de diplomas que inverte um princípio fundamental da nossa civilização – o da inocência – e, por isso, não será aplicável, ficando tudo na mesma.

Os diplomas, que o deputado Jorge Lação chamou “panfletos” por não serem concretos na definição de expressões como “aumento significativo da riqueza” ou “manifesta desproporção de bens”, estão a ser discutidos na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais para depois regressarem a plenário, para votação final.

Para o PS, as iniciativas legislativas do PSD/CDS, Bloco de Esquerda e PCP sobre enriquecimento ilícito “enfermam de incorrecções técnicas que afectam gravemente a sua viabilidade constitucional” por, no caso dos diplomas bloquista e comunista, procederem à “inversão do ónus da prova”.

Já em relação ao projecto do PSD/CDS, os socialistas sustentam de forma crítica que atribui ao Ministério Público “um dever de prova virtualmente impossível”.

Portanto, o Partido Socialista, agindo com responsabilidade, não quis somar-se à encenação de luta contra a corrupção e o enriquecimento ilícito e apresentou uma proposta viável que visa combater o flagelo, independentemente do efeito mediático da sua iniciativa. ● M.R.

“Fez bem o Partido Socialista e o seu secretário-geral em colocar na agenda e trazer para a centralidade do debate político a Europa”

## UM NOVO OLHAR SOBRE A EUROPA



Sónia Sanfona  
soniasanfona@ps.pt

Foi com este título que, na Moção Política de Orientação Nacional de que foi primeiro subscritor, o nosso secretário-geral inscreveu com pertinência e profundidade o tema da Europa. Este é um tema sempre latente, ou não fossemos nós membros de pleno direito da União Europeia, integrando a união monetária e primeiros impulsionadores do Tratado de Lisboa e não tivesse o Partido Socialista no seu código genético uma vocação europeísta. Contudo, a Europa, por via das transformações históricas, políticas, económicas e financeiras entretanto acontecidas, no seu espaço geográfico e muito para além dele, tornou-se actualmente um tema verdadeiramente candente. O desprendimento e a ligeireza com que ao longo das últimas décadas se tem tratado a Europa, onde os países mais ricos a têm vivenciado como uma espécie de agremiação de estados, onde os seus interesses, egoísmos nacionais e objectivos estratégicos se têm sistematicamente sobreposto aos valores, à solidariedade, à visão estratégica do conjunto e à salvaguarda da sua integridade enquanto espaço de coesão, encaminhou-nos inexoravelmente para este momento de fragilidade e de aparente perplexidade para alguns dos mais incautos, que não o viram aproximar-se, e para uma encruzilhada histórica de complexa compreensão e de difícil resolução.

Por seu lado, os países com economias mais frágeis, com maiores dificuldades, encararam durante anos a União Europeia como um mero financiador, em que, através de através dos sucessivos QCA e QREN contribuiria para o seu desenvolvimento, aparentemente por razões desinteressadas, fundadas numa solidariedade entre Estados que por sua vez reflectia um referencial europeu – manutenção do Estado Social e a sua sustentabilidade. Não foram portanto capazes de se afirmar como parceiros entre iguais, nem tão-pouco de perceber que os egoísmos nacionais a que me referi imperavam sobre quaisquer outros desideratos que entretanto foram estabelecidos no seio da União.

E é nesta dicotomia, que a uns não interessa resolver enquanto que outros dependem, na sua sobrevivência, dessa resolução, aliada ao momento impar do ponto de vista da ruptura financeira e da fragilidade das economias europeias, que se joga o futuro da União Europeia e que se joga portanto, também, o nosso próprio futuro.

Sem uma rápida clarificação que ponha fim a esta ambiguidade, onde a uma união económica venha a corresponder uma verdadeira e efectiva união política, com uma governação comum, com novas políticas que permitam um desenvolvimento económico ao serviço das pessoas, com a criação de instrumentos que permitam uma nova relação com os mercados financeiros, compatíveis com medidas que suportem e potenciem o desenvolvimento económico com, criatividade e envolvimento conjunto dos estados, a Europa definhará, e com ela se esfumarão todos os sonhos dos seus fundadores, que inspiraram gerações e conseguiram apesar de tudo, com a sua visão, fazer emergir, da diversidade cultural e linguística, da síntese das diferentes histórias de cada povo, da diversidade geográfica dos territórios, um povo europeu. Fez bem o Partido Socialista e o seu secretário-geral em colocar na agenda e trazer para a centralidade do debate político a Europa, propondo-se a dar um contributo, que esperamos decisivo, para ultraparmos este momento difícil – com um novo olhar sobre a Europa e um novo olhar da Europa sobre si própria e sobre o Mundo. ●



## Balanço de 30 dias de liderança de António José Seguro

António José Seguro foi eleito secretário-geral do Partido Socialista no último Congresso de Braga, há pouco mais de 30 dias. Desde então tem sido sobrecarregada a sua agenda política. Esta tem abrangido temas como o combate à corrupção, agenda do emprego e crescimento, reorganização administrativa do Estado, modernização do PS, agenda internacional e assuntos europeus, pelouro que assumiu no Secretariado Nacional.

Nas várias frentes tem apresentado propostas alternativas às medidas do Governo e mantido encontros institucionais com as mais variadas personalidades nacionais e estrangeiras, analisando, quer a política económica e social do país, quer a realidade internacional.

### **Combate à corrupção**

Para Seguro, o factor transparência no combate à corrupção assume um carácter prioritário e um factor necessário de mudança. Só assim, defende, poderá haver responsabilização dos agentes políticos e individualizar aqueles que, por força de um sistema opaco, contribuem para criar uma imagem de suspeição generalizada sobre a vida pública, colocando os respectivos interesses individuais à frente da causa pública.

Para o secretário-geral, a transparência da gestão do Estado e demais entidades públicas deve estar aberta e acessível a um amplo escrutínio popular, clareza que deve igualmente estender-se aos partidos políticos porque estes continuam a ser os pilares essenciais do funcionamento do Estado de Direito democrático. Dando o exemplo, garante que o Partido Socialista irá alargar a transparência externa e interna das suas actividades dando um sinal de amadure-

cimento da vida partidária no seio da sociedade.

Isto mesmo transmitiu nas reuniões de trabalho que realizou com o procurador-geral da República, presidente do Supremo Tribunal Administrativo, presidente do Tribunal Constitucional, provedor da Justiça, presidente do Supremo Tribunal de Justiça, presidente do Tribunal de Contas e ainda com a associação sindical dos funcionários de investigação criminal, sindicato dos magistrados do ministério público e associação sindical dos juízes portugueses, encontros onde o secretário-geral do PS se fez acompanhar pela presidente do partido, Maria de Belém, Alberto Martins, secretário nacional para os Assuntos Institucionais, e Jorge Lacão, representante do grupo parlamentar.

Estes encontros serviram também para o líder socialista ouvir e partilhar posições no que respeita ao funcionamento da justiça em Portugal, em parti-

cular no que concerne ao combate à corrupção, comprometendo-se a apresentar em nome do PS na Assembleia da República, até ao final deste ano, um conjunto de propostas claras no sentido de haver um combate firme e implacável à corrupção.

Para Seguro, com estes encontros o PS reforçou a sua convicção que o combate à corrupção é uma prioridade sentida não só pelas instituições mas também pelos portugueses, constatando que há uma necessidade elevada de se encontrarem consensos entre os partidos para que o objectivo do combate à corrupção tenha um carácter nacional.

### **Medidas propostas**

O PS apresentou um diploma próprio para criminalizar situações de enriquecimento injustificado. Um primeiro projecto, de um conjunto mais vasto de iniciativas, que respeita os princípios constitucionais, e onde se prevê a punição pelo crime de desobedi-

ência e estabelece um dever ao Tribunal Constitucional, quanto às suspeitas sobre falsas declarações, de comunicar tal facto à administração fiscal, constituindo duas novidades nunca previstas anteriormente.

Este diploma estabelece ainda a obrigatoriedade de, em sede de administração fiscal, o contribuinte dever provar a legitimidade da origem dos seus rendimentos e património.

O PS quer ainda rever a lei do financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais, recordando que o objectivo não passa por mexer nos montantes, mas antes por haver uma maior transparência, sobretudo uma mais adequada fiscalização daquilo que é o financiamento da actividade política. Mas o líder socialista vai mais longe quando aborda a fiscalização das declarações de interesse dos titulares de cargos públicos e políticos, defendendo ser necessário ir mais além, recordando, a este propósito, que o actual sistema

foi construído na lógica do depósito, isto é, entregam-se as declarações, põe-se um carimbo e elas ficam lá.

Para o secretário-geral do PS, é preciso ir mais além, no sentido de haver uma avaliação, um cruzamento de informações que permita um maior escrutínio sobre aquilo que é objecto das declarações.

Nesse sentido, os socialistas vão propor a obrigatoriedade dos ministros, secretário de Estado e membros dos seus gabinetes fazerem uma declaração de interesses, documento que possa ser consultável pela Internet, seguindo aliás o exemplo do que já acontece, por indicativa do PS desde 2007, com os deputados na Assembleia da República.

Finalmente, o líder socialista advertiu já o Governo para a necessidade de as futuras privatizações serem acompanhadas de planos de prevenção anticorrupção e de os serviços de inspecção não perderem eficácia no controlo da Administração Pública.





Para o PS, a prioridade são as pessoas. Nesse sentido, toda a acção política deve contribuir para a construção de um país moderno, competitivo, sustentável, europeu e dinâmico, devendo apostar em respostas adequadas que passam pela criação de condições para o crescimento económico e a criação de emprego.

**Emprego e crescimento**

Nesta questão, como tem vindo a alertar o líder socialista, os caminhos do Governo e do PS são distintos. De facto, enquanto o Governo considera que primeiro está a consolidação orçamental e só depois o crescimento, o PS entende que as duas acções são conciliáveis e devem ser simultâneas, porque enquanto se procede à consolidação orçamental, deve-se também iniciar uma trajectória sustentável de crescimento económico. Já no Congresso Nacional, o secretário-geral anunciou várias propostas para a agenda do emprego e crescimento, nomeadamente na área das exportações, sustentando a necessidade do reforço imediato das linhas de crédito comercial e seguros de crédito, orientadas para melhorar o fundo de maneio das empresas exportadoras, mas também a reorientação do QREN, focando os recursos disponíveis na internacionalização e desenvolvimento de novos

produtos e serviços orientados para a procura externa e a negociação das perspectivas financeiras 2014-2020 em função destas prioridades. Também num debate com o primeiro-ministro, António José Seguro teve oportunidade de suscitar a importância de outras medidas, designadamente como assegurar junto do Banco Europeu de Investimentos, e como medida a incluir na próxima revisão do memorando da assistência financeira, a disponibilização às empresas portuguesas de uma linha de crédito no montante de 5 mil milhões de euros, como forma de garantir ao sistema financeiro português um canal adicional e específico de financiamento das empresas e assegurar, no âmbito do Orçamento de Estado para 2012, o apoio a medidas tendentes ao reforço dos capitais próprios das empresas, nomeadamente a eliminação ou forte redução do IRC para os lucros não distribuídos e mantidos na empresa. A reunião com o governador do Banco de Portugal serviu sobretudo para recolher informação e esclarecimentos, para fundamentar as posições políticas do PS tendo na oportunidade o secretário-geral socialista transmitido as suas ideias a Carlos Costa, nomeadamente acerca da consolidação das con-

tas públicas e do crescimento económico. Recorde-se que no Congresso de Braga o PS já tinha dedicado um dos painéis ao tema emprego e crescimento económico, o qual contou com a participação de João Proença, da UGT, e Miguel Oliveira, presidente de uma das mais dinâmicas empresas nacionais na área das TIC. No primeiro debate que manteve no Parlamento com o primeiro-ministro, Seguro lamentou a ausência por parte do Governo de uma estratégia sólida para o crescimento económico, tendo na altura sublinhado que, pelo contrário, todas as propostas do PS são orientadas neste capítulo para as questões de liquidez, por um lado, e de estímulo à internacionalização, por outro.

**Sistema de governo das autarquias**

A reorganização administrativa do Estado deveria ser consequência do debate sobre as funções do Estado moderno, estratega, regulador e solidário. Infelizmente, o memorando estabelece medidas que impedem essa reflexão. Não obstante, o PS não aceitará uma reorganização administrativa, desenhada nos gabinetes do Terreiro do Paço e imposta às populações. Contrário à extinção dos actuais concelhos, excepto se o

mesmo decorrer da vontade própria das suas populações, o PS defende que é possível e desejável poupar recursos através do associativismo intermunicipal. Quanto às freguesias, é possível encontrar soluções de racionalidade, procedendo à eliminação da duplicação de estruturas administrativas, em particular nas zonas urbanas e nas sedes de concelho. Em todo o caso, as populações devem ser previamente auscultadas e participar activamente nesse processo. Neste sentido, o PS em vindo a organizar um conjunto de plenários de norte a sul do país para debater a reforma do poder local e, no final, levar uma proposta à Assembleia da República.

**Modernizar o Partido Socialista**

O PS já iniciou um processo de profunda revisão dos seus estatutos, da sua forma de funcionamento e da sua modernização, tarefa que está a cargo do secretário nacional António Galamba. Processo que não será apenas uma mera revisão dos estatutos mas a transformação do partido, tornando-o num instrumento útil da acção política, aberto a simpatizantes e aos cidadãos, e que valoriza a cidadania partidária. Todo o processo deverá estar concluído até finais de Março de 2012.

**Encontros com personalidades nacionais e estrangeiras**

Para além das questões nacionais, Seguro tem tido ao longo desde mês e pouco que leva como secretário-geral do PS uma intensa agenda internacional. Já se encontrou com o ex-presidente do Brasil Lula da Silva, com o primeiro-ministro de Timor-leste, Xanana Gusmão, e tem mantido reuniões com vários embaixadores de países sediados em Portugal, como foi o caso do embaixador dos EUA, Allan J. Katz, onde partilhou a sua visão sobre os caminhos alternativos que existem à austeridade no quadro do cumprimento dos compromissos internacionais, tendo ainda abordado questões relacionadas com o reforço da integração europeia.

Outro dos encontros foi com o embaixador da Alemanha, Helmut Elkenkamper, onde reafirmou o compromisso do PS quanto aos objectivos do memorando de entendimento com a troika e transmitiu ao embaixador a determinação do PS em assumir integralmente as suas responsabilidades neste momento muito particular da nossa história.

O líder socialista encontrou-se ainda com os embaixadores da França e do Reino Unido em Portugal, tendo ainda realizado um périplo europeu onde se reuniu com Jacques Delors e Durão Barroso, participando ainda na Cimeira “Progressive Futures”, em Madrid, ao lado de Lula da Silva, do líder dos trabalhadores britânicos, Ed Miliband, e Pier Luigi Bersani.

**Reuniões com parceiros sociais**

Entretanto, o secretário-geral do PS reúne ao longo da semana de 24 a 27 de Outubro com os parceiros sociais com vista a analisar a proposta de Orçamento do Estado para 2012. Da agenda constam reuniões com a CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal, UGT – União Geral de Trabalhadores, CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, CTP Confederação do Turismo Português, CIP – Confederação da Indústria Portuguesa e ABP – Associação Portuguesa de Bancos. Após estes encontros, o PS reúne a sua Comissão Política e define publicamente o seu sentido de voto em relação ao Orçamento de Estado. ●

TERESA DAMÁSIO, PRESIDENTE  
DAS MULHERES SOCIALISTAS DA FAUL

## “PS tem sido o principal impulsionador da igualdade de género”



As políticas de regressão civilizacional do Governo de direita põem em causa valores fundamentais dos cidadãos, afirma Teresa Damásio, presidente do Departamento das Mulheres Socialistas da FAUL, que, em entrevista ao “Acção Socialista”, sublinha o papel central que o PS sempre teve na promoção da igualdade de género, que, frisa, é uma batalha constante e permanente, em especial na área laboral onde persistem situações de discriminação intoleráveis.

### Porque é que faz sentido que haja um Departamento das Mulheres Socialistas?

Atendendo à história, ao património ideológico do PS e toda a evolução política e legislativa que temos impulsionado e executado no âmbito da promoção da igualdade de género é absolutamente central para a condução das nossas políticas e afirmação dos nossos valores a existência de departamentos de mulheres dentro da nossa estrutura partidária e que tenham condições, como têm tido, para poder funcionar. E isto porque é fundamental que consigamos junto dos militantes, simpatizantes e eleitores passar o nosso ideário, realizar acções, fazer formação.

### Quais as prioridades de acção do Departamento que lidera?

A prioridade da nossa acção centra-se na formação política e autárquica, no estabelecimento de parcerias com as or-

ganizações que se inserem no âmbito da nossa agenda, assim como continuar o trabalho que foi desenvolvido, ainda durante a campanha eleitoral, de proximidade com as concelhias, no sentido de conhecer as diferentes realidades e de criar uma cultura de proximidade. Tem sido política do Departamento incentivar a participação activa de todas as camaradas nos diversos actos eleitorais, nomeadamente na campanha para as presidenciais e legislativas, bem como nos actos eleitorais internos. Consideramos que o empoderamento das mulheres é fundamental para uma praxis político-partidária eficaz e mobilizadora.

### Que iniciativas já levaram a cabo e quais as programadas a breve prazo pelo seu departamento?

Desde o início do mandato que já organizámos várias conferências onde abordámos di-

versas temáticas. Celebrámos o Dia Internacional da Mulher. Celebrámos a língua e a literatura portuguesa, a temática da segurança e da defesa e o mundo do trabalho. Tivemos connosco as camaradas Elza Pais, Ana Paula Laborinho, Ana Gomes e o camarada Marcos Perestrelo. No âmbito da colaboração com a OIT – Organização Internacional do Trabalho, comemorámos o Dia do Trabalhador numa conferência onde abordámos os mais recentes estudos que demonstram que ainda não está cumprido a norma constitucional de que para trabalho igual deverá haver salário igual. No âmbito das celebrações do Dia Internacional da Mulher, enquanto presidente e acompanhada do meu Secretariado, visitámos várias organizações que trabalham com mulheres e com crianças.

Organizámos um Curso de Formação de Autarcas, com sessões durante o mês de

Junho e de Julho. E durante o mês de Novembro iremos retomar o curso, de acordo com as sessões programadas. Iremos encerrar a formação de autarcas com o Encontro Federativo das Autarcas Socialistas, a ter lugar em Odivelas, no final de Novembro.

### Na sua opinião, qual a área em que mais se continua a fazer sentir a discriminação da mulher em relação ao homem?

Na área laboral, sem dúvida. Ainda não cumprimos o princípio constitucional de para trabalho igual salário igual, ainda não cumprimos aquilo que está no Código de Trabalho que nós aprovámos, nos artigos 24º e 25º, da igualdade de oportunidades, decorrendo naturalmente da igualdade de género, e essa foi uma contribuição absolutamente fundamental para o desenvolvimento das relações laborais e da integração da mulher. No

entanto, a sociedade civil e o mundo empresarial ainda não incorporaram na realidade laboral essas leis. A discriminação das mulheres é praticamente transversal em todas as áreas da sociedade, embora muito centrada na área laboral, na área da saúde e na liderança das empresas, onde não conseguem atingir os lugares de topo. Por isso, a luta pela igualdade de género é uma batalha constante, permanente e que está seriamente ameaçada pela actual maioria de direita que está no Governo.

### Quais os principais entraves que se põem na prática para que a igualdade de género seja uma realidade?

Do ponto de vista legislativo é bom recordar e ter sempre presente que foi o PS ao longo destas mais de três décadas de democracia que aprovou um conjunto de medidas que nos levam hoje Portugal a estar, ao nível da OCDE e das



“É dramático ver que todo o progresso construído pelo Governo do PS, obviamente com erros, está a ser eliminado de forma silenciosa”

“Para o Estado Novo, as mulheres eram invisíveis, não tinham voz”

tam para políticas de regressão civilizacional. A preocupação com os direitos sociais e económicos dos cidadãos, em particular das mulheres, é nula por parte da maioria. Aquilo que ouvimos neste momento são apenas o anúncio de cortes e apenas cortes. Nós sabemos que na actual conjuntura é preciso reformar, reestruturar, reorganizar, mas também é preciso medidas que promovam e estimulem o crescimento económico. É desesperante ver o nosso país governado por tecnocratas neoliberais que não pensam nas pessoas. É também dramático ver que todo o progresso construído pelo Governo do PS, obviamente com erros, está a ser eliminado de forma silenciosa. Por isso, o PS tem o dever de denunciar, como está a fazer, este ataque a valores humanos fundamentais.

**Para as gerações mais novas, quer falar-nos de algumas das leis mais retrógradas de discriminação contra as mulheres durante a ditadura do Estado Novo?**

É perigoso que algumas franjas da geração mais nova não saibam o que foi a política de discriminação brutal das mulheres durante o salazarismo e este desconhecimento é muito útil para a actual direita. Os mais novos não sabem, provavelmente, que não havia divórcio, que as mulheres para viajarem para o estrangeiro precisavam de autorização escrita do marido, que não podiam ter negócios em nome individual, não podiam exercer algumas profissões

como magistradas, que as enfermeiras não se podiam casar, que as professoras primárias tinham de ser figuras angelicais, matriarcais, para transmitir os valores do regime, que as mulheres não podiam ter participação activa no mundo laboral, decorrente da inexistência da liberdade sindical. Não era também suposto que um homem tratasse dos filhos, o homem era o “chefe de família”, e à mulher estava destinada a tarefa de dona do lar. Para o Estado Novo, que baseava a sua ideologia na trilogia Deus, Pátria, Família, as mulheres eram invisíveis, não tinham voz. São realidades e leis que, de tão retrógradas, parece que nunca existiram. E foi há apenas cinco décadas. Toda esta realidade mudou com o 25 de Abril, sendo de destacar o papel fundamental que o PS desde sempre desempenhou nesta mudança. O PS é o pioneiro e principal impulsor da luta pela igualdade de género.

**O que espera deste novo ciclo do PS, nomeadamente no que respeita à participação das mulheres socialistas na vida e tomada de decisões no partido?**

Espero o melhor e tenho a certeza que vai ser desenvolvida uma política que aumentará a participação das mulheres na vida interna do partido. Nós ainda não temos a plena paridade, e creio que é possível que este objectivo seja alcançado. Por outro lado, é necessário que todos os militantes e todas as estruturas trabalhem em estreita colaboração para que o PS volte de novo ao poder, porque é o melhor para Portugal. E este deve ser o eixo central da nossa acção política.

**O que espera do ponto de vista ideológico da nova liderança do PS?**

Espero o recentramento nos valores do socialismo democrático e temo-lo visto no discurso do secretário-geral com uma grande preocupação pelos valores da justiça social, com uma política justa de redistribuição da riqueza, e de defesa do Estado Social, que está ameaçado por esta maioria de direita. Há hoje o risco do empobrecimento e destruição da classe média, que é a base de qualquer sociedade. ● J.C.Castelo Branco

**“Quando o Governo da direita optou pelo agravamento da carga fiscal, sobretudo com incidência nos rendimentos do trabalho [...], o PS, em alternativa, avançou com a proposta de tributação das empresas com facturação acima dos dois milhões de euros”**

## UMA AGENDA PARA CREDIBILIDADE E CONFIANÇA



**José Luís Carneiro**  
joseluiscarneiro@ps.pt

Na última Comissão Política Nacional detectou-se uma forte unidade estratégica em torno dos temas centrais da agenda política nacional do Partido Socialista. Verificou-se que as propostas que têm sido apresentadas consubstanciam os valores e princípios desde sempre defendidos e honrados pelo PS.

Em primeiro lugar, a defesa do Estado de Direito democrático. A transparência e o rigor exigidos ao primeiro-ministro e ao Governo no tratamento a dar à denominada “questão da Madeira”, sobretudo em resultado da ocultação da dívida, mostrou que o PS e o seu secretário-geral são intransigentes na valorização da transparência no exercício de funções públicas.

Em segundo lugar, a defesa da justiça social. Quando o Governo da direita optou pelo agravamento da carga fiscal, sobretudo com incidência nos rendimentos do trabalho, mas também com o agravamento do IVA sobre bens essenciais à vida das famílias, das empresas e das instituições, o PS, em alternativa, avançou com a proposta de tributação das empresas com facturação acima dos dois milhões de euros e defendeu a aplicação de um imposto sobre os rendimentos e aplicações de capital.

Em terceiro lugar, a aposta no crescimento económico e no emprego. As propostas apresentadas em sede parlamentar que vão no sentido de se negociar com o Banco Europeu de Investimento (BEI) uma linha de crédito de cinco mil milhões de euros destinada a apoiar as PME e a possibilitar uma redução do IRC para as empresas que reinvestam os seus lucros, mostram que o PS defende, a par das medidas de austeridade, que é necessário lançar políticas de crescimento económico e de estímulo ao emprego. Em quarto lugar, a aposta do PS na valorização das autarquias como elementos centrais do desenvolvimento local e regional. As posições políticas já assumidas de concordância com a reforma da lei eleitoral autárquica e com a imposição de limites aos termos de criação e funcionamento das empresas municipais exibem de modo claro que desejamos um ajustamento e uma modernização do poder local. Todavia, essa vontade de contribuir para um poder local mais eficaz e mais eficiente exige uma postura de grande responsabilidade quando falamos da associação, fusão ou extinção de freguesias e da alteração dos poderes e atribuições dos municípios.

Por último, o tema do Orçamento de Estado para 2012. Importa conhecer os detalhes da proposta do Governo para que o PS dê a conhecer a sua posição. Há, porém, uma estratégia que mereceu grande acolhimento: o crescimento económico e o emprego, as questões da educação e da saúde a par das privatizações são assuntos sobre os quais o nosso partido não deve abdicar de apresentar propostas e soluções. ●

**“Portugal é um dos países da União Europeia que tem municípios com maior dimensão média, qualquer que seja o factor de análise, como, por exemplo, a sua demografia ou a sua área”**

**REFORMAS  
ABSTRATAS**



**Maria Amélia Antunes**  
mariaameliaantunes@ps.pt

A proposta de Reforma da Administração Local vertida no Livro Verde do Governo PSD/CDS não assenta numa análise profunda e objectiva da realidade do Poder Local em Portugal. Segundo o art.º 6 da CRP, o Estado português é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autónómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública. Por sua vez, o art.º 236 é claro, quando refere que, no continente, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas.

Portugal é um dos países da União Europeia que tem municípios com maior dimensão média, qualquer que seja o factor de análise, como, por exemplo, a sua demografia ou a sua área. A redução cega do número de municípios é algo que não se justifica nem económica nem territorialmente. A redução cega do número de freguesias também não tem justificação. Como refere o secretário-geral do PS, “a extinção de autarquias, nomeadamente de freguesias, isolaria muitos portugueses dessa relação com o Estado e qualquer diminuição de competências ou de verbas feita de forma cega privá-los-ia dos apoios dados às pessoas através das políticas autárquicas”.

O Poder Local, à semelhança do que já defendeu a ANMP, tem dado provas de uma gestão eficaz, eficiente e económica dos recursos públicos. Por exemplo, em 2009, com 13,1% das despesas totais da Administração Central, os municípios contribuíram com 46,6% das despesas total de capital, incluindo o investimento.

No actual quadro de governo local, a existência de oposição no órgão executivo já não tem sentido.

Os novos desafios do poder local serão alcançáveis num quadro de transparência e responsabilidade. Mais competências, mais meios, mas também um órgão executivo – Câmara Municipal – e um órgão deliberativo – Assembleia Municipal – sem bloqueios. Aliás, a renovação e modificação do sistema terão muito a ganhar com o fim de querelas inúteis, que nada têm a ver com o debate político, ou com a gestão municipal e a defesa do interesse geral. Mais transparência, eficiência e responsabilidade são princípios que contribuem para combater a corrupção e promover os valores da ética pública.

Um Executivo homogéneo, estável, remodelável, tenderá a criar dinâmicas municipais com maior possibilidade de imputar objectivamente responsabilidades políticas pelos atos praticados.

As autarquias locais precisam de reforçar o seu papel democrático para proporcionar uma maior confiança aos cidadãos. Só participa quem confia, quem se identifica. ●



**Melhorar a vida democrática interna**

Com a eleição de António José Seguro como secretário-geral do Partido Socialista abriu-se um novo ciclo que implica, nomeadamente a modernização do partido, visando potenciar a participação e a melhoria da vida democrática interna. Um processo da base para o topo em que os militantes contam. Assim, até ao fim do primeiro trimestre de 2012 decorre um debate nacional no âmbito do qual o PS está receptivo a sugestões e pro-

postas no sentido de mudar práticas partidárias e métodos de envolvimento dos militantes. Este debate nacional, que conta já com uma forte adesão dos militantes, reflectirá especialmente sobre uma nova forma de fazer política partidária, aproveitando os espaços disponíveis e discutirá todas as propostas sem tabus nem preconceitos, desde a organização das estruturas (distrital, regional), passando

pelo funcionamento dos órgãos, os métodos de trabalho, o acesso à informação, a comunicação, pela transparência do sistema eleitoral interno e igualdade de condições para as candidaturas, sistema de quotização, o financiamento das campanhas internas, a natureza dos congressos em articulação com o sistema das directas, até ao método de escolha dos nossos candidatos para cargos políticos. ●

**MAIS EFICÁCIA E PARTICIPAÇÃO**

O processo de modernização do PS que resulta da moção política de orientação global aprovada no Congresso Nacional de Braga visa “introduzir mais credibilidade, maior participação dos militantes e mais eficácia e modernidade”, afirmou ao “Acção Socialista” o secretário nacional António Galamba. Segundo o dirigente socialista, os plenários fe-

derativos que estão a decorrer “vão desaguar em propostas de revisão dos estatutos e regulamentos”, referindo que noutra dimensão “podem também resultar orientações sem implicação nos estatutos, bem como iniciativas que modernizem a forma de estar do partido na sociedade”. António Galamba adiantou ainda que em todas as federações haverá debates sobre a modernização do PS que conduzirá à alteração dos estatutos. ● J.C.C.B.

**MILITANTES DEBATEM MODERNIZAÇÃO**

“Não é possível discutir a modernização do PS dissociada da situação do país”, afirmou o presidente da bancada parlamentar socialista, Carlos Zorrinho, num debate promovido pela FAUL, que contou também com a presença de Joaquim Raposo e Marcos Perestrello.

Falando no dia 14, no Largo do Rato, perante largas dezenas de militantes, num dos 18 debates em curso de norte a sul do país sobre a modernização do PS, Carlos Zorrinho disse que “é importante sentir o que os militantes pensam neste momento difícil do país”, mas alertou que, por exemplo, “não podemos cair na tentação de nos colocarmos a discutir o limite da freguesia quando os portugueses tanto sofrem”. E concluiu. “Essa é que a discussão essencial”.

O dirigente socialista centrou parte da sua intervenção na crítica à maioria de direita que acusou de ter tomado um conjunto de medidas que “agravam a doença” do país, já que, frisou, “a consolidação orçamental é parte da solução, pois é uma base favorável para o crescimento económico”. Já o secretário nacional Joaquim Raposo reafir-



mou que no processo de modernização “haverá abertura total para que todas as propostas sejam apresentadas e discutidas”. No início do debate, que contou com cerca de 30 intervenções, o anfitrião Marcos Perestrello, presidente da FAUL, disse ser necessário “criar mecanismos de abertura a participação de não militantes, mas as decisões têm de ser tomadas pelos militantes”. ● J.C.C.B.



## BEATRIZ CAL BRANDÃO Exemplo de coragem indomável

No 5 de Outubro, 101º aniversário da implantação da República, a Concelhia do Porto do PS promoveu uma homenagem a Beatriz Cal Brandão, fundadora do Partido Socialista, falecida em Agosto deste ano, com 97 anos, que decorreu no Clube dos Fenianos Portuenses, sob a presidência de Mário Soares.

Uma homenagem a uma mulher que, nas palavras dos oradores, foi “um exemplo” de “coragem indomável”, “cidadania” e “integridade” numa vida marcada pelo empenho permanente na defesa dos ideais da liberdade e da justiça social. Era a militante nº 28 do PS. Para além do ex-Presidente da República, entrevistaram Manuel Pizarro, presidente da Concelhia do Porto, Luciano Vilhena Pereira, vereador do PS na Câmara Municipal do Porto, Coelho dos Santos, advogado e resistente antifascista, e Maria Barroso. Entre as muitas centenas de pessoas presentes destacavam-se figuras relevantes da vida da cidade, como Artur Santos Silva, Miguel Veiga, Fernando Aguiar Branco ou Germano Silva. Presentes também os filhos de Beatriz Cal Brandão, a

neta e outros familiares. Beatriz Cal Brandão nasceu no Porto, em 1914, no seio de uma família com fortes tradições republicanas. Foi a primeira mulher portuguesa a licenciarse em Engenharia Química. Desde muito jovem participou activamente na luta contra a ditadura do Estado Novo. Foi, aliás, na prisão, que conheceu Mário Cal Brandão, com quem viria a casar e a partilhar a vida familiar e a participação política e cívica. A casa dos Cal Brandão tornou-se um dos principais centros de actividade da oposição democrática no Norte do país. Mário Soares e Coelho dos Santos recordaram, nas suas intervenções, muitas dessas reuniões, onde foi sendo construído o projecto que deu origem à fundação do Partido Socialista. Depois do 25 de Abril, Beatriz

foi eleita deputada, entre 1975 e 1985. No Parlamento, interviu activamente, de forma pioneira, em defesa da despenalização da interrupção voluntária da gravidez e da dignidade das mulheres. Ao longo de toda a sua vida Beatriz Cal Brandão conseguiu sempre conciliar a dedicação à família, à profissão e às causas públicas, estando sempre na primeira linha no processo de afirmação do PS, antes do 25 de Abril, no Verão Quente, e no período de consolidação do nosso regime democrático. “Lembrar Beatriz Cal Brandão não se pode limitar a uma evocação do passado. A actualidade da sua mensagem e da sua postura impõe-se a cada reflexão. Ela inspira-nos a prosseguir, de forma inabalável, a luta por um mundo melhor”, afirmou Manuel Pizarro. ● J.C.C.B.

### ACÇÃO SOCIALISTA HÁ 30 ANOS



## 29 de Outubro de 1981

Num ano marcado por intenso debate no interior do PS, com Mário Soares a ser reeleito secretário-geral no IV Congresso com a moção “Novo Rumo”, e num país governado pela AD, coligação formada pelo PSD, CDS e PPM, em clima de forte contestação popular às suas políticas económicas e sociais, a edição de 29 de Outubro de 1981 do “Acção Socialista” tinha como principal destaque uma reunião da Comissão Política do nosso partido onde foi reafirmado o propósito de “congregar esforços para bater a AD”. Nesta edição, podia ainda ler-se uma extensa reportagem sobre a visita a Portugal do Presidente italiano, o socialista Sandro Pertini, onde afirmou que “sem liberdade não pode existir a tão desejada justiça social”.

### A ESCALDAR Seguro e Delors



No âmbito de um importante périplo europeu, o secretário-geral António José Seguro reuniu-se, na capital francesa, com Jacques Delors, ex-presidente da Comissão Europeia. Durante a reunião bilateral ficou clara a concordância de Delors com o rumo apresentado por Seguro como solução em toda a Europa: é imprescindível a criação de condições para que, quer Portugal, quer as restantes economias europeias, possam entrar numa trajectória sustentável de crescimento económico.

### QUENTE

#### PS não faz votos de protesto



O líder parlamentar socialista afirmou que o PS não faz votos de protesto, lamentando, porém, que o Governo esteja agora a dificultar o voto a favor da proposta de Orçamento do Estado para 2012. Carlos Zorrinho referiu que “qualquer que seja a posição de voto do PS no Orçamento será sempre aquela que parecer mais adequada aos interesses de Portugal e dos portugueses”.

### FRIO

#### Crato chumba mérito dos melhores



O Ministério da Educação decidiu, a poucos dias da cerimónia designada por Dia do Diploma, suspender a entrega dos prémios de 500 euros aos dois melhores alunos das 464 escolas secundárias do país. Se, por um lado, tivemos o ministro Nuno Crato a receber no aeroporto os alunos medalhados nas Olimpíadas Internacionais de Matemática, reconhecendo-lhes o mérito e a excelência; por outro, temos o mesmo governante a falhar com o compromisso, que deveria ter sido respeitado, de atribuir o prémio aos melhores alunos nacionais. Mudou as regras já no fim do jogo!

### GELADO

#### Passos dá murro no estômago dos portugueses à hora de jantar



Obcecado em ir para além das exigências contidas no memorando da *troika*, o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho anunciou ao país um novo pacote de medidas de austeridade que promete fazer de 2012 o ano de todos os sacrifícios. Assim, às 20 horas do passado dia 13 de Outubro, Passos disse a milhares de funcionários públicos e pensionistas que em 2012 e 2013 não receberão subsídio de férias nem de natal... mas não pediu desculpas!

B R E V E S

**PS/ ESPINHO PROMOVE CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE**

Bens alimentares não deterioráveis, roupa e brinquedos podem ser entregues nas sedes do PS às quartas-feiras, das 21h30 às 22h30, e aos sábados das 17 às 19 horas, até 16 de Novembro.

**FAUL CONTRA AUMENTO DOS TRANSPORTES**

Os socialistas de Lisboa discordam veementemente do aumento dos transportes públicos. Por isso, a FAUL apresentou uma moção contra esta decisão do Executivo de direita, em concertação com todos os presidentes de concelhias e presidentes de câmara da área urbana, numa iniciativa que foi replicada e discutida nas assembleias municipais e de freguesia.

**PS DE SANTARÉM PROMOVE CICLO DE CONFERÊNCIAS**

A Comissão Política do PS de Santarém organiza o ciclo de conferências "À Conversa Com...", uma iniciativa que contará com a presença de destacadas personalidades da sociedade civil e da política, abordando temas diversos que marcam a actualidade. As conferências realizar-se-ão uma quinta-feira por mês, sempre às 21h30, no Fórum Mário Viegas, em Santarém. Assim, no próximo dia 24 de Novembro, os militantes poderão estar "À Conversa com o deputado António Serrano" sobre o tema "Saúde em Portugal".



II JS SUMMER FEST  
**Seguro acusa Governo de tratar os jovens como jovens-a-dias**

"Este Governo quer tratar os jovens como jovens-a-dias", acusou o secretário-geral do PS, António José Seguro, que defendeu uma estratégia económica que promova o crescimento económico e "nos deixe ver para além da *troika*".

Seguro, que falava no II JS Summer Fest, em Torres Vedras, centrou a sua intervenção nos problemas dos jovens e na injustiça social promovida pelo Executivo de Passos Coelho, defendendo que os sacrifícios têm de ser repartidos de uma forma equitativa. "Onde está a justiça social? A taxação sobre os dividendos e os lucros?", perguntou.

O líder do PS disse ainda que nos primeiros tempos da governação de direita os jovens foram afectados por uma medida que, desonrando o acordo de concertação social, permitiu que nos novos contratos estes vissem diminuído o montante das indemnizações, sem que se criasse de imediato o fundo de compensação previsto, deixando assim os jovens numa situação de

maior precariedade. Por isso, disse, "este Governo quer tratar os jovens como jovens-a-dias". Seguro defendeu ainda que a estratégia de crescimento económico que defende não pode ser apenas a nível nacional, sendo necessário que a "Europa seja verdadeiramente um projecto de solidariedade, que coloque o crescimento e o emprego no centro das suas

preocupações". Na sua intervenção de cerca de meia-hora, o secretário-geral lembrou ainda os anos de felicidade que viveu na JS e apelou aos jovens para que, num momento em que a política "não está na moda", mostrem o valor da militância numa juventude partidária, como um excelente exemplo de participação activa na vida pública. ● J.C.C.B.

LEITURAS



**O SENHOR ELIOT E AS CONFERÊNCIAS**

Gonçalo M. Tavares  
Caminho, 2010

No décimo livro da colecção "O Bairro", Gonçalo M. Tavares apresenta um novo habitante do seu espaço inventado – o senhor Eliot –, a quem cabe a missão de dar sete conferências para analisar sete versos. As conferências de Eliot têm em comum uma magra assistência, começam sempre atrasadas e contam com a presença atentíssima do senhor Swedenborg. Trata-se de uma obra interessante e irreverente, que desconstrói o sentido conotativo da linguagem, atribuindo-lhe uma lógica realista e conduzindo-nos, por esse caminho avesso, à poesia dos versos que, em cada conferência, o orador analisa.



**GESTÃO DA ÁGUA: INCERTEZAS E RISCOS**

António Betâmio de Almeida  
Esfera do Caos, Setembro 2011

Conjugando um quadro integrado de conhecimentos com uma criteriosa reflexão crítica, esta obra assume-se como o manual publicado em Portugal na área da problemática do risco associado à água e aos seus usos, apresentando um conceito multidisciplinar de risco e uma organização operacional para a respectiva gestão e análise quantitativa. A temática principal e os exemplos apresentados estão orientados para problemas associados à água, mas os tópicos abordados podem ser, afinal, aplicados a domínios de natureza diferente, sendo, por isso, de grande utilidade para estudantes universitários de engenharia, projectistas, consultores, técnicos e gestores de municípios, empresas e institutos que tenham de lidar com o recurso água.



**PORTUGAL – ENSAIO CONTRA A AUTOFLAGELAÇÃO**

Boaventura Sousa Santos  
Almedina, Maio 2011

Ao longo das páginas deste seu mais recente livro, Boaventura Sousa Santos faz um retrato da evolução portuguesa, uma crítica às políticas de austeridade escolhidas por algumas elites políticas para manter e reforçar as desigualdades sociais que fazem o atraso estrutural do país. Feito o diagnóstico, o autor traça um quadro de reformas que, no seu entender, são necessárias para ultrapassar a crise, a nível nacional, europeu e mundial.



**COMISSÃO DAS LÁGRIMAS**

António Lobo Antunes  
Dom Quixote, Outubro 2011

O novo livro de António Lobo Antunes fala de Elvira (conhecida por Virinha), comandante do batalhão feminino do MPLA presa, torturada e morta na sequência dos terríveis acontecimentos de Maio de 1977 em Angola. Mas este é apenas um episódio num livro denso e sombrio sobre Angola depois da independência. Lobo Antunes não quis fazer um livro documental ou uma reportagem "verídica" sobre o que se passou em Angola, antes usou o poder evocativo da sua escrita para falar sobre a culpa, a vingança, a inocência perdida.



**LIVRO LIVRO**

José Luís Peixoto  
Quetzal, Setembro 2010

Sem pretensões a romance histórico, este "Livro" de José Luis Peixoto vira-se para a história recente de Portugal. Concentrando-se nos percursos de meia dúzia de personagens do universo da emigração portuguesa, a obra aborda a nossa história, do trabalho, da guerra, dos que fugiram daqui e dos que fugiram para aqui. Conta pois, a história de um rapazinho que é deixado pela mãe num fontanário, de madrugada. Antes de partir, ela entrega-lhe um livro e promete que voltará dentro de algumas horas, mas abandona-o, emigrando para França. O livro — único objecto de valor que o rapaz possuiu em toda a sua vida — servirá para o manter ligado aos afectos e abrirá caminho para reencontros.

## CARTAS DOS MILITANTES



### Quem torto nasce tarde ou nunca se endireita

MÁRIO V. TRÉPA  
MILITANTE Nº 80281  
SECÇÃO AVEIRO

A Procuradoria-Geral da República é, sem dúvida, uma pedra essencial na edificação de uma Democracia. É entre nós uma figura verdadeiramente paradoxal.

Na verdade, se é pretensão ligá-la à defesa geral da República, como se compreende que seja o Governo a proceder à escolha do candidato, embora seja o Presidente da República a efectivar a sua nomeação?

[...]

E a lei, posteriormente inventada, de restringir os poderes do procurador-geral, retirando da sua competência a fiscalização dos actos do Presidente da República e do primeiro-ministro?! A Constituição no Capítulo IV, no art. 219º, não isenta qualquer cidadão da alçada das suas funções e competências. Foi um abuso que o Tribunal Constitucional devia abolir quanto antes e que envergonha o país, no contexto dos países civilizados.

[...]

A moralidade é extensiva a todos os cidadãos.



### A solução para a crise financeira que a Alemanha não quer

DIETER DELLINGER  
MILITANTE Nº 31  
SECÇÃO LUMIAR/AMEIXOEIRA

A União Europeia está hoje numa estranha dependência de um só país, ou antes, de uma se-  
nhora que não deseja outra solução que não seja

transformar os países europeus em crise numa espécie de pequenas Chinas com custos sociais e salariais irrisórios.

(...)

As falsas soluções em curso não conduzem a nada, pois são um obstáculo ao crescimento. Portugal e a Grécia, tal como a Espanha e a Itália, não podem crescer se estiverem amordaçados a juros extremamente elevados.

Portugal pode congelar salários e pensões de tal modo que chegue a um défice de 0% em 2014, mas isso não permitirá o crescimento económico e o regresso ao défice será uma certeza porque vivemos numa situação de alguma inflação e o longo congelamento de rendimentos de uma parte da população tornar-se-á intolerável.

A dada altura, os trabalhadores e pensionistas terão de ser compensados com alguns aumentos e os impostos não podem crescer eternamente. Todas estas situações tendem a provocar a desvalorização do euro, o que tem acontecido de uma forma invisível porque o dólar se desvalorizou ainda mais e os americanos não se preocupam com o valor da sua moeda porque assim defendem as suas depauperadas indústrias devido à concorrência chinesa. No caso do euro, por exemplo, já foi trocado por cinco reais brasileiros e agora apenas por dois e qualquer coisa. Por isso, os emigrantes brasileiros andam furiosos a escreverem comentários antiportugueses na Net. Quanto mais desvalorizado estiver o euro, mais baratos ficam os Mercedes e os Airbus e melhor podem os europeus vender as suas mercadorias. A Alemanha terá tudo a ganhar como um dos primeiros exportadores mundiais sem ser já uma nação de ponta nas descobertas científicas e na evolução tecnológica. Isso ainda vem em grande parte dos EUA e outros países.

## O POEMA DA VIDA DE...

*Para ser grande, sê inteiro: nada  
Teu exagera ou exclui.  
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és  
No mínimo que fazes.  
Assim em cada coisa a Lua toda  
Brilha, porque alta vive.*

RICARDO REIS

HETERÓNIMO DE FERNANDO PESSOA



EDITE ESTRELA

**“Os eurobonds são fundamentais para diminuir o risco dos países cujos juros da dívida dispararam”**



## É PRECISO MAIS ECONOMIA

Duarte Cordeiro

dcordeiro@ps.parlamento.pt

O mundo vai superar esta crise quando perceber que a confiança só se restabelecerá quando os países apostarem em planos de retoma económica.

Dos EUA surgem sinais positivos com o Presidente Obama, apesar de alguns recuos e desvios, a apresentar o seu plano de retoma e emprego. Na União Europeia, e em especial na zona euro, continuamos sem um rumo claro, encontrando sempre respostas fracas para os problemas de ontem sem nunca olhar para o futuro. A Alemanha e a França têm evitado perceber que sem um conjunto de medidas fortes dificilmente conseguirão estancar a crise.

Também a Europa precisa de um plano de retoma e emprego. Os eurobonds são fundamentais para diminuir o risco dos países cujos juros da dívida dispararam. Já não é apenas Portugal, Irlanda e Grécia, pois há cada vez mais países, como a Itália ou a Espanha, a serem envolvidos nas teias das agências de *rating*. A UE não está preparada para ajudar esses países. O Fundo de Estabilização Financeira não é suficientemente grande para permitir o resgate desses países, nem mesmo para desmotivar a especulação com as suas dívidas com a compra de obrigações no mercado. Alargar o FEEF também é por isso fundamental. Mas a retoma só será possível com política orçamental, com um aumento significativo do Orçamento da União e com mais liberdade de intervenção orçamental para os países necessitam de promover a sua recuperação. Não podemos aprofundar a governação económica apenas com mecanismos de controlo financeiro da despesa pública, dos défices e das dívidas. Sem coordenação de políticas económicas e orçamentais e sem aprofundamento democrático não há futuro nessa governação. O PS referiu sempre que foram, essencialmente, as circunstâncias externas que nos forçaram a recorrer à ajuda externa e à assinatura do memorando. Para o PS, o memorando foi negociado, envolvendo os restantes partidos, e sempre procurou que as medidas ou objectivos tivessem o menor impacto económico e social possível. É por isso que não podemos concordar, de ânimo leve, com mais medidas para além das que constam do memorando. A austeridade cega, ou por convicção filosófica, não tem demonstrado qualquer sucesso na Grécia e também não terá sucesso em Portugal.

O Boletim de Outubro do Banco de Portugal veio dar-nos razão. O Banco de Portugal prevê que a recessão, no nosso país, em 2012, seja mais profunda e atinja os 2,2%. Esta previsão mais negativa tem como causas uma contracção mais profunda do consumo privado, do investimento e um crescimento mais reduzido das exportações. Estes são os primeiros sinais que demonstram os erros e as consequências das políticas deste Governo, da sobretaxa sobre o IRS, do aumento do IVA da electricidade e do gás para a taxa máxima, ou de cortes cegos no sector público, como os que estão previstos para a Educação ou Saúde. Para o PS, as respostas residem no alargamento das políticas europeias para a crise, no reforço da capacidade exportadora e de internacionalização do país, na libertação de capitais que possam financiar a actividade económica do país, na diminuição da carga fiscal sobre as famílias e na continuação do investimento em factores geradores de competitividade futura como é o caso da Educação. Só assim conseguiremos a retoma económica e o equilíbrio orçamental do país. ●

**“Nos primeiros cem dias de governação, o Governo Passos/Portas fez tudo ao contrário daquilo que tipifica as boas práticas dum bom governo”**

## CEM DIAS DE MAU GOVERNO



**Carlos Zorrinho**

czorrinho@ps.parlamento.pt

Um bom governo é aquele que respeita os compromissos eleitorais, define um rumo estratégico claro, mobiliza os actores económicos e sociais para concretizar objectivos e fomenta um diálogo social aberto que permita um desenvolvimento saudável da sociedade.

Nos primeiros cem dias de governação, o Governo Passos/Portas fez tudo ao contrário daquilo que tipifica as boas práticas dum bom governo. Não cumpriu os compromissos eleitorais, aumentou brutalmente os impostos sobre as famílias, asfixiou o tecido empresarial e a classe média, não delineou nenhum programa económico para a além da aplicação hiperbólica do memorando com a *troika*, crispou a sociedade e fechou pontes de diálogo, consumando assim cem dias de mau governo.

Distingo aqui mau governo de má política. A má política, a opção pelo ataque ao Estado Social e a crença nos mecanismos de mercado como reguladores salvíficos da economia e da sociedade fazem parte da matriz ideológica dos partidos a quem os portugueses deram a maioria para governar. Desse ponto de vista, os resultados estão à vista e o PS tem agora o espaço e a obrigação de se constituir como alternativa forte na próxima oportunidade em que os portugueses forem chamados a pronunciar-se.

Estes cem dias foram cem dias perdidos na recuperação da confiança dos portugueses num futuro de crescimento, emprego e justiça social. As más políticas democraticamente sufragadas explicam muita coisa, mas o pior de tudo foi o mau governo. A volatilidade, o descontrolo, a descoordenação, a incapacidade de diálogo, a força perante os fracos e a falta de coragem perante os fortes, a estranha impreparação de quem se dizia preparado para governar.

O PS tem combatido as más políticas e denunciado o mau governo, propondo alternativas sólidas e exigindo rigor e eficácia na governação. A apreciação e análise do Orçamento Geral do Estado será mais uma oportunidade de o fazer com determinação e sentido construtivo. Portugal precisa e os portugueses merecem. ●

## TRÊS PERGUNTAS A JOSÉ JUNQUEIRO

**Como retomar o indispensável crescimento económico ainda durante o programa da *troika*, que se estende até 2014? Implementando medidas de equidade fiscal para as pessoas, por forma a garantir níveis aceitáveis no seu poder de compra, favorecendo as empresas que reinvestem os seus lucros e criando um mecanismo sólido que garanta o apoio à exportação, através de financiamento para as matérias primas e materialização de garantias financeiras.**

**As medidas de austeridade do OE para 2012 confirmam as expectativas mais negras. Será este o OE que o país precisa? Não, não é. Este Orçamento soma austeridade à austeridade, é fortemente recessivo e não tem uma única medida de apoio à economia. Basta lembrar que a opinião do secretário-geral é agora acompanhada pelo Presidente da República ou por personalidades como Manuela Ferreira Leite e Bagão Félix, entre outras.**



**Numa altura em que a crise se agrava impõe-se reflectirmos sobre as verdadeiras razões da sua existência. Quais foram elas?**

É um dever lembrar que foi o chumbo do PEC IV, liderado pelo PSD com o apoio da esquerda radical que conduziu à queda do governo. O PEC IV foi aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo, pela Comissão e pelo Banco Central. Em toda a Europa só o Parlamento português forçou a votação não obrigatória de um documento desnecessário. Tivemos a confiança da Europa e a falta de sentido de responsabilidade da oposição. Hoje, infelizmente, estamos pior, muito pior.

### FOTOGRAFIAS COM HISTÓRIA



**CHEGADA DO EXÍLIO**  
27 de Abril, 1974

Mário Soares fala à multidão da varanda da estação de Santa Apolónia, acompanhado dos seus companheiros de luta Manuel Tito de Morais, Ramos da Costa, José Magalhães Godinho, Hermínio da Palma Inácio e do dirigente comunista Dias Lourenço

FOTO DE NUNO MENDONÇA